MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO
EDITAL PR/RN-ESTÁGIO 01/2009

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber o caderno de provas e as folhas de respostas, **preencha os campos de identificação do candidato**.

2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, **confira** se o caderno contém: a) 40 (quarenta) questões objetivas corretamente numeradas de 1 a 40 e distribuídas da seguinte forma: 8 questões de Direito Constitucional, 4 questões de Direito Ambiental, 4 questões de Direito Civil, 6 questões de Direito Processual Civil, 8 questões de Direito Penal, 6 questões de Direito Processual Penal, 4 questões de Direito Administrativo; b) 01 (uma) questão subjetiva, que deverá ser respondida em caderno definitivo que será fornecido e **deverá ter um mínimo de 50 (cinqüenta) e máximo de 100 (cem) linhas**.

3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. **Reclamações posteriores não serão aceitas.**

4. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.

5. **A duração da prova é de 5 (cinco) horas, das 8:00 às 13:00h**, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.

6. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e **entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e subjetiva**.

7. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.

8. A divulgação do gabarito e os prazos para interposição de recursos estão previstos no edital do concurso.

BOA PROVA!

1. CPF	2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO

3. NOME

DIREITO CONSTITUCIONAL
Questões 01 a 08 (8 questões)
Elaboradores: Dr. Marcelo Alves e
Dra. Clarisier Azevedo

1. A Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil pode ser classificada como:

a) rígida e costumeira;
b) semi-rígida e costumeira;
c) rígida e escrita;
d) semi-rígida e escrita;

2. Considere o teor da seguinte norma da Constituição Federal de 1988: Art.1º. Parágrafo Único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos dessa Constituição.
Sobre o referido preceito, é incorreto afirmar:

a) o conceito formal e material de Constituição só tem relevância quando se trata de uma Constituição escrita, uma vez que nas constituições consuetudinárias, o trabalho dos intérpretes identificará o que é formal ou materialmente constitucional;
b) além de norma materialmente constitucional, o princípio da soberania popular correlacionada com uma das cláusulas pétreas, no caso a do artigo 60, parágrafo 4º, II da CF;
c) enuncia o princípio da soberania popular, tratando-se de norma materialmente constitucional, posto que se reporta aos pontos cardeais da existência política;
d) enuncia o princípio da soberania popular, constituindo-se em norma apenas formalmente constitucional;

3. Sobre a aplicabilidade das normas constitucionais é possível se asseverar:

a) as normas constitucionais de eficácia limitada não tem qualquer eficácia, não produzindo efeitos nem mesmo para impedir a edição de normas infraconstitucionais que a contrariam;
b) as normas constitucionais de eficácia limitada tem alguma eficácia, produzindo efeitos, por exemplo, para impedir a edição de normas infraconstitucionais que a contrariam;
c) a norma constitucional do artigo 5º, inciso XII (é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996) pode ser apontada como exemplo de norma de eficácia plena;
d) uma norma constitucional de eficácia imediata não é hábil a produzir, de pronto, todos os seus efeitos;

4. Considerando o controle de constitucionalidade no Brasil, apresenta-se como falsa a seguinte afirmativa:

a) o Supremo Tribunal Federal vem reconhecendo, em algumas oportunidades, o exercício do controle jurisdicional preventivo, por meio do ingresso de mandado de segurança por parlamentar questionando a inobservância, quanto a projeto de lei, de normas do processo legislativo estabelecidas na CF;
b) compete a todo e qualquer órgão do Poder Judiciário o seu exercício pela via difusa, exigindo-se, quanto aos tribunais, a preservação do princípio da reserva de plenário;
c) não viola o princípio da reserva de plenário o reconhecimento por órgão fracionário da constitucionalidade de um norma ordinária, consoante já assentado em inúmeros julgados anteriores do mesmo STF;
d) o controle concentrado no sistema brasileiro tanto poderá ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal quanto pelo Superior Tribunal de Justiça;

5. Sobre o artigo 14 da Constituição Federal, que enuncia os chamados direitos políticos, é correto se afirmar:

a) veta-se o direito a voto dos chamados conscritos durante o período do serviço militar;
b) os estrangeiros são elegíveis;
c) o analfabeto não pode votar mas pode ser votados;
d) os brasileiro naturalizados são elegíveis para todo e qualquer cargo, sem exceções.

6. Sobre os direitos e garantias fundamentais é falso afirmar:

a) compreende não só o artigo 5º, encontrando-se, na CF, disseminados em outros dispositivos, consoante já reconheceu, em ocasiões anteriores o STF;
b) sua inobservância pode ser, conforme o caso, judicialmente questionada, dentre outros instrumentos, por meio dos chamados writs constitucionais, como o mandado de segurança;
c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político sem representação no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados.
d) podem se encontrar estabelecidos em instrumentos normativos diversos da própria Constituição Federal, como um tratado do qual o Brasil seja signatário e que seja submetido a aprovação do Congresso Nacional observando o quórum qualificado da emenda constitucional;

7. À União compete legislar privativamente sobre:

a) direito civil;
b) direito tributário;
c) proteção ao patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico;
d) juntas comerciais;

8. Sobre o sistema tributário brasileiro é possível se afirmar que:

a) somente a União pode instituir a cobrança de contribuições sociais, inclusive as previdenciárias, sem nenhuma exceção;
b) caberá aos Municípios o exercício da competência tributária residual;
c) caberá a União o exercício da competência tributária residual;
d) caberá aos Estados o exercício da competência tributária residual;

DIREITO AMBIENTAL
Questões 09 a 12 (4 questões)
Elaborador: Dr. Fábio Venzon

9. Com base nos itens a seguir, assinale a alternativa <u>correta</u>:

I. De acordo com a Constituição da República de 1988, a competência para proteger o meio ambiente é comum entre a União, os Estados, os Municípios e Distrito Federal.
II. Conforme a Constituição de 1988, é competência comum da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal proteger a fauna e a flora, mas a proteção das florestas cabe privativamente à União Federal.
III. A Constituição Federal de 1988 autoriza a edição de Lei Complementar para se fixar normas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, objetivando a proteção ambiental.
IV. A competência administrativa relativa ao meio ambiente implica no exercício do poder de polícia. Nesse sentido, a fiscalização e exercício do respectivo poder de polícia podem ser atribuídos, desde que realizada licitação, à empresa privada.

a) apenas 1 item encontra-se correto
b) apenas 2 itens encontram-se corretos
c) apenas 3 itens encontram-se corretos
d) nenhuma das respostas anteriores

10. Com base nos itens a seguir, assinale a alternativa <u>correta</u>:

I. O estudo prévio de impacto ambiental foi criado com a Constituição da República de 1988, sendo referido instituto posteriormente disciplinado por meio da Lei nº 9.605/98.
II. Todo o licenciamento ambiental depende de apresentação pelo proponente do estudo prévio de impacto ambiental - epia e respectivo relatório de impacto ambiental - rima.
III. De acordo com posicionamento do Supremo Tribunal Federal, afronta a Constituição da República dispositivo de Constituição Estadual que determina a

aprovação do estudo prévio de impacto ambiental à análise da assembleia legislativa correspondente, porquanto a concessão de autorização para desenvolvimento de atividade potencialmente danosa ao meio ambiente consubstancia ato do Poder Executivo.

IV. As despesas e custos referentes à realização do estudo prévio de impacto ambiental somente serão compartilhados entre o proponente do projeto e o órgão ambiental caso o projeto seja aprovado.

a) apenas 3 item encontra-se correto
b) apenas 2 itens encontram-se corretos
c) apenas 1 itens encontram-se corretos
d) nenhuma das respostas anteriores

11. Com base nos itens a seguir, assinale a alternativa <u>correta</u>:

I. Encontra-se pacificado na doutrina pátria que não há distinção entre o princípio da precaução e o princípio da prevenção.
II. Pelo princípio da precaução, quando houver ameça de danos sérios e irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.
III. As exigências de licenciamento ambiental e de estudo prévio de impacto ambiental se harmonizam com o princípio da prevenção.
IV. A previsão, atualmente existente na legislação federal, de publicidade ao estudo prévio de impacto ambiental apenas nas situações excepcionais expressamente previstas em lei viola, para as demais situações, o princípio da informação, pois dificulta o aprofundamento das discussões nas eventuais audiências públicas determinadas no procedimento de licenciamento.

a) todos os itens encontram-se corretos
b) apenas 1 item encontra-se correto
c) apenas 2 itens encontram-se corretos
d) apenas 3 itens encontram-se corretos

12. Com base nos itens a seguir, assinale a alternativa <u>correta</u>:

I - A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva (não dependendo da comprovação do dolo ou culpa do agente) apenas em relação aos danos causados pela atividade de mineração.
II - Segundo a jurisprudência atual do STJ, a responsabilidade civil por dano ambiental não se estende ao adquirente do imóvel degradado, ficando restrita à pessoa física ou jurídica que causou o dano.
III - A expedição da licença ambiental de instalação assegura a operação do empreendimento em todas as suas fases.
IV - O licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional a ser operada no mar territorial é de competência originária do órgão ambiental estadual, podendo atuar o órgão ambiental federal supletivamente.

a) apenas 3 item encontra-se correto
b) apenas 2 itens encontram-se corretos
c) apenas 1 itens encontram-se corretos
d) nenhuma das respostas anteriores

DIREITO CIVIL
Questões 13 a 16 (4 questões)
Elaborador: Dra. Clarisier Azevedo

13. Sobre a aplicação da lei no tempo e as situações jurídicas consolidadas é possível asseverar que:

a) nunca é possível se falar em retroatividade da lei
b) a nova lei constitucional não é hábil a atingir o direito adquirido sob o albergo da Constituição anterior
c) aquele que já promoveu os requisitos do direito subjetivo previstos na lei antiga deve suportar a incidência de nova lei impedindo o exercício do direito sem a implementação de novas condições
d) a nova lei ordinária não é hábil a atingir as situações jurídicas consolidadas sob a égide da norma anterior

14. O juízo federal da X Vara do Juizado Especial, ao receber processo no qual figurar como parte um portador de paralisia dos membros inferiores, de dezoito anos de idade, pleiteando benefício de assistência social (LOAS), concedeu vista dos autos ao Ministério Público, a quem, na forma do artigo 82 do Código de Processo Civil, cabe intervir nas causas em que há interesse de incapazes. A partir da hipótese em apreço, é correto se afirmar que:

a) deve o MPF pronunciar-se, por ser o autor incapaz, mas apenas sobre o mérito do pedido
b) o fato do autor ser portador de paraplegia não o torna, de per si, incapaz para atos da vida civil, de modo que se outro motivo não houver, não há que se falar em incapacidade
c) deve nesse caso o MPF manifestar-se apenas sobre questões atinentes a personalidade do autor e o exercício do direito de ação, tais como legitimidade e capacidade
d) enquanto questão de cunho patrimonial, ainda que envolvendo incapaz, não cabe ao MPF pronunciar-se

15. Sobre os bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito público, afigura-se enquanto correto afirmar que:

a) um bem imóvel poderá ser tido como de uso comum ou de uso especial conforme a afetação que lhe for concedida pelo poder público
b) os bens dominiais podem ser objeto de livre negociação, sem qualquer ato de desafetação do Estado
c) os minerais, a despeito da disposição do artigo 176 da Constituição Federal que determina que as jazidas em lavra ou não, e demais recursos minerais... constituem propriedade distinta da do solo... podem ser incluídos entre os bens ditos acessórios
d) os bens de uso especial só podem ser utilizados por pessoas jurídicas de direito público interno, excluindo-se desse rol as autarquias e fundações públicas

16. Sobre responsabilidade civil é <u>incorreto</u> se afirmar que:

a) poderá responder pela prática de dano ambiental, arcando inclusive com a recuperação da área, uma empresa que adquira produção de carvão vegetal obtida em área sem autorização ambiental
b) Maya, filha de Oswaldo, ingressou em 20.11.2000, quando contava com 15 anos, com ação de indenização por danos patrimoniais contra o Estado em razão da morte de seu genitor ocorrida em dependências policiais em 11.02.1994. No caso, deverá o juízo declarar a prescrição do direito de ação, que ocorreu em 11.02.1999.
c) o Hospital das Clínicas responde por atos ilícitos praticados por médico contratado enquanto plantonista.
d) conforme já reconheceu o Superior Tribunal de Justiça, aponta-se enquanto possível a ocorrência de pedido de fixação de indenização por dano moral em ação de improbidade administrativa em razão da frustração trazida pelo ato ímprobo na comunidade, seja pelo desprestígio efetivo causado à entidade pública que dificulte a ação estatal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
Questões 17 a 22 (6 questões)
Elaborador: Dr. Paulo Sérgio

17. Um TRF, ao julgar determinado recurso interposto contra decisão de juiz federal, reconheceu a ilegitimidade ad causam da União, que, até então, integrava a lide no polo passivo, em litisconsórcio com outras pessoas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Caso o recurso julgado tivesse sido um agravo, não subsistiria motivo para justificar a competência da justiça federal, devendo ocorrer a remessa dos autos à justiça estadual, visto que da lide não mais participa o ente federal.
b) O reconhecimento da ilegitimidade do ente federal como parte pelo TRF implica a instauração de conflito de competência com a justiça estadual e impõe a imediata remessa dos autos ao STJ.

c) Se o recurso julgado pelo TRF tivesse sido um agravo, a competência para julgamento da causa seria da justiça federal, visto que um ente federal integrava inicialmente a lide.
d) Independentemente de o recurso julgado ser apelação ou agravo, o julgamento da causa ou da matéria restante deve ser atribuído ao órgão judiciário estadual competente, uma vez que o ente federal não mais participa, como parte, da ação.

18. Realizada a citação em ação processada sob o rito comum ordinário, a autora da ação, antes de apresentada a resposta do réu, notou que havia deixado de incluir um pedido de seu interesse, vindo a requerer o aditamento desse novo pedido à inicial ou a desistência da ação, caso o réu não concordasse com o primeiro requerimento. Ouvido a respeito do assunto, o réu se manifestou contrário a ambos os requerimentos da autora. Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) É viável o acolhimento dos pedidos de aditamento ou de desistência somente se os interesses tratados na ação forem patrimoniais e disponíveis.
b) Sendo a cumulação de pedidos uma opção à disposição do autor, tal como ocorre na hipótese do litisconsórcio facultativo, o juiz pode limitar o número de pedidos caso entenda restar comprometida a defesa ou a rápida solução do pedido, independentemente da oposição do réu.
c) Com a citação, torna-se inviável acolher o aditamento ao pedido sem o consentimento do réu, dada a estabilidade da lide. Contudo, o pedido de desistência pode ser acolhido, desde que isso ocorra antes de a resposta do réu ser apresentada.
d) Dada a estabilidade da lide e realizada a citação do réu, não é viável o acolhimento de qualquer dos pedidos, uma vez que importaria inovação indevida ou ato de disposição incompatível com o interesse do réu em ver dirimida a lide.

19. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), na hipótese de afinidade de questões por um ponto de fato ou de direito, duas ou mais pessoas podem litigar em conjunto no mesmo processo, tanto no polo ativo como no passivo. Nessa situação, verifica-se o fenômeno denominado

a) assistência simples.
b) litisconsórcio necessário.
c) litisconsórcio unitário.
d) litisconsórcio facultativo.

20. Com relação à ação civil pública, à luz da Lei 7.347/1985, assinale a opção <u>incorreta.</u>

a) Conforme expressa disposição legal, não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos e contribuições previdenciárias.
b) O órgão do MP promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fundamentadamente, se, esgotadas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil.
c) Tem legitimidade para propor ação civil pública a associação que esteja constituída há, no mínimo, dois anos, devendo o ajuizamento ocorrer no local onde estiver regularmente registrada a entidade, segundo a regra de competência territorial em vigor.
d) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

21. A respeito de improbidade administrativa, assinale a opção correta à luz da Lei 8.429/1992.

a) Ao MP não é permitido efetuar transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa. Essa vedação, legalmente, não se aplica à fazenda pública, tendo em vista que o ajuste feito com o agente público infrator poderá ser economicamente vantajoso ao erário.
b) Praticado ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, o responsável estará sujeito às seguintes cominações: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do

dano, quando houver; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos por período de oito a dez anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial; e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

c) A ação de improbidade administrativa terá o rito ordinário e será proposta pelo MP ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de sessenta dias da efetivação da medida cautelar.
d) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei podem ser propostas em até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

22. Assinale a opção correta em relação às regras que disciplinam a resposta do réu.

a) Se acolhida a exceção de incompetência, os autos deverão ser remetidos para o juízo competente e deverão ser anuladas todas as decisões proferidas pelo juízo relativamente incompetente, inclusive a que determinou a citação do réu.
b) Dispensa-se procuração com poderes especiais para o advogado do excipiente opor exceção de impedimento.
c) As exceções constituem modalidade de resposta do réu, razão pela qual é incabível que sejam também opostas pelo autor.
d) Ocorrendo a revelia, o autor pode alterar o pedido sem promover nova citação.

DIREITO PENAL
Questão 23 a 30 (8 questões)
Elaboradores: Dr. Ronaldo Sérgio e Dra. Clarisier Azevedo

23. Assinale a alternativa correta:

a) considera-se efeito automático da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 1 (um) ano.
b) o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou inferior a 2 (dois) anos, desde que cumprida mais de 1/3 da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
c) segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, não se admite a progressão ao regime semiaberto de estrangeiro em situação irregular no país.
d) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o condenado por crime hediondo antes da vigência da Lei n.º 11.464/07 (que regulamentou a progressão de regime nestes casos) tem direito de progredir de regime depois de cumprir um 1/6 da pena, de acordo com a Lei de Execuções Penais, e não 2/5, como prevê a Lei n.º 11.464/07.

24. Mévio importou mercadoria lícita dos Estados Unidos da América, embora iludindo, em parte, o pagamento de impostos devidos pela entrada do produto no Brasil, resultando o referido delito num prejuízo ao erário federal no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em face do não recolhimento dos respectivos tributos federais. <u>Com base unicamente nos dados fornecidos</u>, segundo a jurisprudência predominante no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com a conclusão do inquérito policial instaurado para apuração dos fatos, pode-se afirmar corretamente que:

a) Mévio não deverá responder a processo-crime, em face da aplicação do princípio da insignificância, devendo o Ministério Público Federal promover o arquivamento do inquérito policial.
b) Mévio deverá ser denunciado pelo crime de descaminho, não sendo oferecida a ele, contudo, a suspensão condicional do processo (sursis processual), em face do valor do prejuízo causado.
c) Mévio deverá ser denunciado pelo crime de contrabando, sendo, no entanto, oferecida a ele a suspensão condicional do processo (sursis processual), desde que haja reparado o dano.
d) Mévio deverá ser denunciado pelo crime de descaminho, sendo, no entanto, oferecida a ele a suspensão condicional do processo (sursis processual), desde que reparado o dano.

25. Com pertinência às afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

I. segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
II. consoante o Código Penal, no concurso de crimes, seja material, formal ou crime continuado, a prescrição incide sobre cada infração, isoladamente.
III. consoante o Código Penal, o condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime de cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
IV. nos termos da legislação vigente, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos no caso de crime de tráfico ilícito de drogas.

a) somente I e II estão corretas.
b) somente II e III estão corretas.
c) somente I, II e III estão corretas.
d) somente II, III, e IV estão corretas.

26. Segundo o Código Penal, exclui a culpabilidade:

a) a legítima defesa.
b) estrita obediência a ordem, ainda que manifestamente ilegal.
c) o estrito cumprimento do dever legal.
d) o erro sobre a ilicitude do fato, desde que inevitável.

27. Segundo o Código Penal pátrio, é <u>incorreto</u> afirmar que:

a) no crime de falsidade ideológica, é necessário exame de corpo de delito (perícia) para a prova da existência do crime, pois é infração que deixa vestígio.
b) à luz da doutrina, petição de advogado não é considerada documento, para fins penais.
c) a falsidade material altera a forma do documento, ao passo que a falsidade ideológica provoca uma alteração de conteúdo.
d) para a caracterização do crime de falsidade material, exige-se a potencialidade lesiva do documento falsificado ou alterado, pois a contrafação ou modificação grosseira, não apta a ludibriar a atenção de terceiros, é inócua para esse fim.

28. Assinale a alternativa correta:

a) para efeitos penais, o conceito de funcionário público é mais restrito do que aquele empregado no Direito Administrativo.
b) o advogado ou procurador judicial que defende, na mesma causa, simultaneamente, partes contrárias, pratica infração a dever ético, mas sua conduta não está tipificada no Código Penal.
c) no crime de falso testemunho, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo criminal instaurado para apurar o falso, o agente se retrata ou declara a verdade.
d) no crime de corrupção ativa, cuja natureza jurídica é de crime formal, sua consumação ocorre no momento em que o funcionário público toma conhecimento do oferecimento ou promessa da vantagem indevida, bastando, assim, o simples oferecimento ou promessa, se aperfeiçoando o delito, ainda que a oferta ou promessa não seja aceita pelo funcionário público.

29. Assinale a alternativa <u>incorreta</u>:

a) não é cabível a remição pelo trabalho no regime aberto.
b) consoante jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade penal da pessoa jurídica exclui a das pessoas físicas, ainda que coautoras ou partícipes do mesmo fato.
c) enquanto não se constituir, definitivamente, em sede administrativa, o crédito tributário, não se terá por caracterizado, no plano da tipicidade penal, o crime contra a ordem tributária previsto no art. 1º da Lei n.º 8.137/90.
d) no concurso de pessoas, o Código Penal adotou a teoria unitária ou monista.

30. Considerando a teoria do concurso de pessoas adotada pelo Código Penal Brasileiro, em seu artigo 29 é possível concluir:

a) alguém poderá ser co-autor no crime de falso testemunho;
b) o cúmplice, como regra, responde de acordo com o mesmo tipo imputado ao autor, de acordo com a sua culpabilidade;
c) o concurso de pessoas é desnecessário em crimes plurissubjetivos.
d) que alguém somente poderá ser partícipe no crime de estelionato se auferir benefício patrimonial com o seu auxílio para a prática do tipo (ex: escrivão de tabelionato que fornece certidão de nascimento falso para a obtenção indevida de benefício previdenciário);

DIREITO PROCESSUAL PENAL
Questões 31 a 36 (6 questões)
Elaboradores: Dra. Cibele Benevides e Dr. Gilberto Barroso

31. Assinale a alternativa <u>errada</u>:

a) O crime praticado por indígena é sempre de competência da Justiça Federal.
b) O crime de genocídio de indígenas é de competência da Justiça Federal.
c) A competência para o julgamento dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional previstos na Lei n. 7.492/86 é sempre da Justiça Federal.
d) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de desvio de verba pública sujeita à prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União.

32. Assinale a questão correta:

a) No Direito brasileiro, ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
b) No Direito brasileiro, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou do Ministério Público competente.
c) No Direito brasileiro, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem verbal ou escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou regime propriamente militar, definidos em lei.
d) No Direito brasileiro, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

33. Assinale a questão <u>errada</u>:

a) Compete à Justiça Federal processar e julgar crime cometido contra a Caixa Econômica Federal.
b) Compete à Justiça Federal processar e julgar crime cometido contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
c) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual.
d) É de competência da Justiça Federal o crime cometido contra o patrimônio do Banco do Brasil.

34. A respeito dos inquéritos policiais que apuram crimes da competência da Justiça Federal, considere os seguintes itens:

I. O inquérito policial, se não for concluído no prazo inicial de 30 (trinta) dias, deve ser remetido ao Ministério Público Federal para concessão de eventual prorrogação de prazo para sua conclusão;
II. O inquérito policial, se não for concluído no prazo inicial de 30 (trinta) dias, deve ser submetido ao Ministério Público Federal, mas quem concede eventual prazo suplementar é sempre o juiz;
III. Quando a autoridade policial necessitar de alguma quebra de sigilo constitucionalmente assegurado para a apuração do crime, o inquérito policial deve, excepcionalmente, ser encaminhado para o juiz.

a) os itens I e III estão corretos;
b) os itens II e III estão errados;
c) apenas o item III está correto;
d) apenas o item I está correto;

35. Marque a alternativa <u>errada</u>:

a) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite que o Juiz Federal ratifique os atos de instrução colhidos pelo Juiz Estadual antes deste último declinar o feito para o primeiro;
b) a competência por prerrogativa de foro implica, necessariamente, no processamento e julgamento sempre conjunto do réu detentor da prerrogativa com os corréus que não a possuem.
c) se o crime estiver previsto em tratado internacional, deverá ser julgado pela Justiça Federal;
d) não compete à Justiça Federal julgar crime perpetrado em detrimento de sociedade de economia mista cujo capital seja integrado com recursos da União;

36. Marque a alternativa correta:

a) o Ministério Público Federal goza de prazo em dobro para apelar;
b) é cabível a interposição de recurso em sentido estrito se o procurador da República pede a decretação da prisão preventiva do réu no curso da ação penal e o juiz a indefere;
c) ao contrário do que ocorre quando há descumprimento do período de prova do sursis processual, o descumprimento da transação penal permite apenas a execução forçada do acordo, não podendo haver o oferecimento de denúncia a respeito dos mesmos fatos;
d) se o juiz deixa de receber a denúncia oferecida pelo procurador da República por se julgar incompetente, é cabível a interposição de apelação;

DIREITO ADMINISTRATIVO
Questões 37 a 40 (4 questões)
Elaborador:

37. Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) A revogação do ato administrativo incide sobre ato inválido.
b) O Poder Legislativo pode invalidar atos administrativos praticados pelos demais poderes.
c) A revogação do ato administrativo tem efeitos ex tunc.
d) Somente a administração pública possui competência para revogar os atos administrativos por ela praticados.

38. Assinale a opção correta acerca das autarquias.

a) As autarquias são detentoras, em nome próprio, de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades.
b) As autarquias são criadas e extintas por ato do chefe do Poder Executivo.
c) Ao criar uma autarquia, a administração pública apenas transfere a ela a execução de determinado serviço público, permanecendo com a titularidade desse serviço.
d) As autarquias são hierarquicamente subordinadas à administração pública que as criou.

39. Assinale a opção correta no que concerne à responsabilidade civil do Estado.

a) Perante o transportado, a responsabilidade da transportadora que exerça função pública sob concessão é contratual e subjetiva.
b) De acordo com a teoria da responsabilidade objetiva, o Estado responde pelos danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente da prova de culpa ou da demonstração do nexo causal.
c) Uma sociedade de economia mista prestadora de serviço público responderá por danos causados a terceiros independentemente da prova de culpa.
d) Nos Estados absolutistas, negava-se a obrigação da administração pública de indenizar os prejuízos causados por seus agentes aos administrados, com fundamento no entendimento de que o Estado não podia causar males ou danos a quem quer que fosse (the king can do no wrong). Segundo a classificação da doutrina, a teoria adotada nesse período era a teoria do risco integral.

40. Acerca da improbidade administrativa, assinale a opção correta.

a) Pessoas jurídicas de direito público interessadas têm legitimidade ativa para propor ação civil pública de improbidade administrativa.
b) A Defensoria Pública tem legitimidade para ingressar com ação de improbidade administrativa.
c) Os atos de improbidade que causam lesão ao Erário são imprescritíveis.
d) De acordo com a lei de regência, não há ato de improbidade sem a ocorrência de dano ao erário.

PROVA SUBJETIVA: DISSERTAÇÃO

A resposta deverá ser dada na folha definitiva que será fornecida e deverá obedecer ao mínimo de 50 (cinquenta) e máximo de 100 (cem) linhas. Não será corrigida a folha de rascunho.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
Disserte sobre o tema *supra* tocando, pelo menos, nos seguintes pontos:

a) Competência. Atos de improbidade administrativa praticados por prefeitos na malversação das seguintes verbas: a.1) FUNDEF/FUNDEB; a.2) convênios firmados com órgãos federais.

b) Sujeito passivo: b.1) a responsabilidade dos agentes políticos por ato de improbidade administrativa; b.2) a figuração de empresas beneficiadas pelos atos de improbidade no pólo passivo.

c) Medidas cautelares. Cabimento.

d) Hipótese de atos de improbidade: d.1) que causam dano ao erário: ausência de procedimento licitatório (artigo 10, VIII da Lei 8.429/92: *Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: ... VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;*); d.2) Violação de princípios: ato de improbidade por ausência de prestação de contas (artigo 11, inciso VI da Lei 8.429/92: *Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: .... VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;*); d.3)Elemento subjetivo exigido para configuração dos atos de improbidade previstos nos incisos do artigo 11 da Lei 8.429/92.

e) Sanções pela prática de ato de improbidade administrativa: e.1)Proporcionalidade. e.2) Cumulatividade das sanções.